



## Revista Café com Sociologia

Volume 6, número 3, jul./dez. 2017

ISSN. 2317-0352

---

### APONTAMENTOS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA EM TORNO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

**Cristiano das Neves Bodart<sup>1</sup>**  
**Jesus Marmanillo Pereira<sup>2</sup>**

#### Resumo

A proposta deste *paper* é apresentar um breve panorama teórico dos estudos em torno dos movimentos sociais a fim de destacar as principais correntes teóricas para então apresentar os esforços teóricos-metodológicos empreendidos por meio dos artigos que compõem o dossiê "movimentos Sociais", publicado na presente edição da Revista Café com Sociologia e, por fim, destacar alguns apontamentos para uma agenda de pesquisa em torno dos movimentos sociais.

**Palavras-Chave:** Teoria. Movimentos Sociais. Dossiê.

### POINTS FOR A RESEARCH AGENDA AROUND SOCIAL MOVEMENTS

#### Abstract

The paper's purpose is to present a brief theoretical overview of the studies about social movements in order to highlight the main theoretical currents and then present the theoretical-methodological efforts undertaken through the articles that make up the dossier "social movements", published in the present edition of the Revista Café com Sociologia and, finally, to highlight some notes for a research agenda around social movements.

**Keywords:** Theory. Social Movements. Dossier.

#### Introdução

O presente artigo se propõe a contextualizar o debate em torno dos movimentos sociais, pensar o conjunto da produção do presente dossiê e apontar outras possibilidades de pesquisas.

Os movimentos sociais, enquanto objeto empírico, têm alimentado um debate constante no campo das Ciências Sociais, estimulando e promovendo o desenvolvimento de múltiplas perspectivas teóricas e focos de atenção diversos.

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e docente vinculado ao Centro de Educação dessa mesma universidade. E-mail: <http://cristianobodart@hotmail.com>

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (PPGS-UFPB). Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/ Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus de Imperatriz-MA. E-mail: [jesusmarmanillo@hotmail.com](mailto:jesusmarmanillo@hotmail.com)

Ainda que as abordagens teóricas tenham sido variadas, três preocupações nos parecem centrais e quase sempre presente, tais como: i) compreender o porquê de as pessoas se unirem na construção de objetivos comuns e de bandeiras de lutas específicas; ii) entender os mecanismos que proporcionam ações coletivas sustentadas e; iii) apreender como se dão as interações entre movimentos sociais e Estado, ou *vice-versa*. Em relação aos enfoques, notamos diversos approaches envolvendo análises que passam pelo âmbito cultural, organizacional, histórico e político dos movimentos sociais; ora entendido como sinais de deterioração da sociedade, ora como indicativo de aprofundamento democrático.

A compreensão das dinâmicas internas e externas dos movimentos sociais, nas diferentes escalas, pode-se dizer que equivale ao entendimento do funcionamento da própria sociedade, sobretudo se pensarmos sob uma perspectiva dialética. Para muitos pesquisadores, especialmente os marxistas, os movimentos sociais são, em grande medida, as molas propulsoras da História.

Dentre as teorias que ganharam, ao longo de nossa história das ciências sociais, um destaque nos estudos dos movimentos sociais está o Marxismo, a Teoria das Massas (TM), a Teoria da Mobilização dos Recursos (TMR), a Teoria dos Processos Políticos (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

No presente artigo buscamos apresentar um breve panorama das principais teorias dos movimentos sociais, destacando as preocupações teórico-metodológicas dos artigos que compõem o dossiê "Movimentos Sociais" e, por fim, elencar alguns apontamentos para uma agenda de pesquisa em torno dos movimentos sociais. Para tanto, nossa metodologia consistiu-se de uma revisão de literatura e análise dos artigos inseridos no dossiê.

A proposta é fornecer ao leitor uma apresentação do dossiê acompanhado de um esboço que o passa situar na discussão em torno dos movimentos sociais, ao mesmo tempo apontando caminhos para uma agenda de pesquisa.

## **1. Um breve panorama teórico dos estudos em torno dos movimentos sociais**

As análises marxistas em torno dos movimentos sociais remontam ao século XIX e possuem sua origem na sociologia clássica de Karl Marx e Friedrich Engels, Antonio Gramsci entre outros. Como características principais desse viés, podemos destacar que 1) se trata de uma

abordagem de viés estruturalista, ou seja, o movimento surge como resultado de determinado contexto industrial ou econômico que possui impacto nas formas de divisão do trabalho e organização dos operários, 2) no âmbito dos processos associativos está ancorada na categoria classe (em si, e para ai) e, 3) na liderança desenvolvida por um tipo de vanguarda política composta por intelectuais orgânicos que são responsáveis pelo direcionamento e construção ideológica da mobilização.

No Brasil tal perspectiva foi difundida, durante as décadas de 1970 e 1980, por meio dos estudos de Manuel Castells e Jean Lokjine que eram focalizados nos processos associativos direcionados para a reivindicação de serviços urbanos. Os trabalhos desses autores influenciaram uma série de estudos sobre movimentos por moradia, movimentos das periferias, por transporte e outros que compunham os estudos sobre as questões urbanas.

A *Teoria das Massas*, desenvolvida entre os anos de 1940 e 1960, foi marcada fortemente pelo positivismo e, em particular, pela sociologia organicista de Durkheim. Sob tais influências compreendia os movimentos sociais como patologias sociais, desajustamentos causados pelas disfunções da modernidade. Assim, os movimentos sociais são entendidos como movimentos desviantes e irracionais compostos por indivíduos marginalizados.

O interesse pelos movimentos sociais, que desenvolve a Teoria das Massas, estava fortemente relacionado basicamente aos movimentos de massa da época, o nazismo e o fascismo, e por estudos do final do século XIX, de Le Bon (1895). A grande preocupação estava em entender o comportamento das massas sob uma análise da Psicologia Social, sendo elas tidas como perigosas e, portanto, combatidas. Essa teoria

[...] estava mais preocupada com o totalitarismo, como os movimentos não democráticos, com a alienação das massas, a perda de controle e de influência das elites culturais. E com o desamparadas massas para encontrar tipos substanciais de racionalidade à elaboração política (GOHN, 2007, p. 36).

Diversos estudos são desenvolvidos a partir dos anos de 1960 rompendo o que se tinha produzido até então, uma vez que as ações coletivas não “[...]cabiam bem em nenhum dos dois grandes sistemas teóricos do século XX, o marxismo e o funcionalismo” (ALONSO, 2009, p. 51). É nesse contexto marcado pela necessidade de repensar a ação coletiva que se desenvolvem as Teorias da Mobilização dos Recursos, a Teoria dos Processos Políticos e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

*Teoria da Mobilização dos Recursos* surge do contexto de transformações políticas ocorridas na sociedade norte-americana nos anos 1960. Sua origem se relaciona diretamente a rejeição da

ênfase que a Teoria das Massas dava aos sentimentos e ressentimentos dos grupos coletivos, assim como o approach eminentemente psicossocial dos clássicos, centrado nas condições de privação material e cultural dos indivíduos. Essa teoria rejeitou o prisma do comportamento irracional das massas presente na Teoria das Massas, a qual entendia os movimentos sociais como patologia social ou distúrbios coletivos perigosos.

Os movimentos sociais são abordados como grupos de interesses, vistos como organizações e analisados sob a ótica da burocracia de uma instituição, tendo recebido fortes influências da Sociologia weberiana. Além da preocupação em compreender a burocracia dos movimentos sociais, os adeptos da Teoria da Mobilização dos Recursos, como o próprio nome indica, buscaram foca nos recursos disponíveis aos movimentos sociais, sendo eles humanos, financeiros e de infraestrutura. Há também um foco no papel das lideranças, sobretudo em sua capacidade de mobilizar e trocar bens num mercado de barganhas. Tais trocas são entendidas a partir de uma visão exclusivamente economicista, num processo em que todos os atores agiam racionalmente, segundo cálculos de custos e benefícios, lógica emprestada da Teoria da Escolha Racional e a Teoria do Utilitarismo, sobretudo a partir das contribuições de Mancur Olson. Para os adeptos da Teoria da Mobilização dos Recursos, sobretudo aos atores mais ligados ao elitismo democrático, a análise das atividades dos movimentos sociais deve dar atenção às implicações para o calculo eleitoral, tais como fizeram Olson (1965) e McCarthy e Zald (1973, 1977). Para esses autores, os movimentos sociais só afetarão as decisões do Estado quando suas atividades proporcionam ganhos ou perdas eleitorais. Como destacou Alonso (2009, p.52) "longe de emotiva, a decisão de agir seria ato de deliberação individual, resultado de cálculo racional entre benefícios e custos".

"A nova teoria enquadró as ações coletivas em explicações comportamentalistas organizacionais" (GOHN, 1997, p.50). A Teoria da Mobilização dos Recursos parte da premissa de que o sucesso das organizações dos movimentos sociais depende tanto dos recursos de que eles dispõem quanto das oportunidades presentes no contexto e da permeabilidade que as instituições políticas apresentam às suas reivindicações (COHEN; ARATO, 1992), aspecto aprofundado na Teoria dos Processos Políticos. Contudo, diferentemente do que ocorre na Teoria dos Processos Políticos, a maioria dos estudos envolvendo a Teoria da Mobilização dos Recursos "privilegia apenas o estágio final, mais visível, do processo de elaboração da política pública, quando leis são aprovadas e implantadas" (MAIA, 2009, p.89). Contrariamente a Teoria das Massas, os movimentos sociais são vistos como dotados de racionalidade instrumental, sendo compatíveis com o jogo democrático e reforçados do mesmo.

A centralidade dada a visão utilitarista foi questionada mesmo no interior da Teoria da Mobilização dos Recursos, abrindo caminho para o desenvolvimento de uma outra teoria, denominada "Teoria da Mobilização Política" ou "Teoria dos Processos Políticos", introduzindo elementos ideológicos e culturais como elementos a serem considerados na compreensão do papel dos movimentos sociais para as transformações sociais (MAIA, 2009, p.89).

A *Teoria dos Processos Políticos* se desenvolve nos anos de 1970 como crítica ao utilitarismo e ao individualismo metodológico da Teoria da Mobilização dos Recursos. Assim, há uma redução na ênfase utilitária dada à ação coletiva, introduzindo elementos ideológicos e culturais como variáveis importantes para explicar como os movimentos sociais contribuem para a mudança social. A mudança social é vista como uma ação reformista e não revolucionária, como destaca a perspectiva marxista.

Na Teoria dos Processos Políticos passou a trazer para o centro do debate elementos político-culturais e simbólicos, os quais passam a ser entendidos como importantes para atrair novos membros, mobilizar o apoio de variados públicos, constranger as opções de controle social de seus oponentes e tentar direcionar as políticas públicas e as ações do Estado.

Uma das preocupações nos estudos da Teoria dos Processos Políticos está em entender “como” os movimentos se formam e se engajam em ações coletivas (MAIA, 2009). A luta tende a ser construída em termos de forças opositoras. Contudo, os adeptos deste modelo tendem a observar apenas as dimensões externas das lutas dos movimentos que são tidas como relevantes para a competição por poder (COHEN; ARATO, 1992; MELUCCI, 1996). O confronto entre movimentos sociais e Estado tem, nessa teoria, centralidade, ainda que quase sempre pensado de forma conflituosa, na maioria das vezes desconsiderando ações colaborativas e/ou de aproximação.

Os estudos sob a perspectiva da Teoria dos Processos Políticos buscam compreender de quais modos os elementos político-culturais e simbólicos são usados pelos movimentos sociais para atrair novos membros, mobilizar o apoio da sociedade, constranger as ações de seus opositores e influenciar a agenda política (MCADAM, 1996; GAMSON 2005).

Sob a perspectiva da Teoria dos Processos Políticos, a concepção de sucesso tende a estar quase sempre associada ao maior ou menor reconhecimento do grupo que constitui o movimento social como um ator político e ao relativo aumento de benefícios conquistados (GOHN, 1997). Os pesquisadores passaram a considerar que para se construir e manter um movimento social, não basta ter uma causa justa e necessária. É preciso criar e desenvolver ideias, símbolos e palavras-chave que possam ser comunicados, que sejam significativos e atrativos aos sujeitos. Por esse

motivo, diversos trabalhos irão ater-se a esses elementos. Contudo, esses autores não oferecem uma explicação mais detalhada de como esse processo ocorre, o que se tornou preocupação da Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

A Teoria dos Processos Políticos chamou atenção para o desenvolvimento do processo político (como próprio nome indica), abrindo caminho para estudos históricos de longa e média duração. Há também uma preocupação em compreender os aspectos culturais e a interpretação das ações coletivas tomadas como processo. Tara tanto, foi dada significativa ênfase nas estruturas das oportunidades e restrições políticas e à análise cultural na interpretação dos discursos dos atores dos movimentos (envolvendo a linguagem, as ideias, os símbolos, as ideologias e as práticas de resistência cultural) (GOHN, 1997). O discurso passou a ser entendido como veículos de significados sociais que configurariam as ações coletivas. Nesse ponto a referida teoria traz elementos novos aos estudos em torno dos movimentos sociais. Por outro lado, retomou, ao seu modo, a psicologia social como instrumento para a compreensão dos comportamentos coletivos dos grupos sociais (*ibidem*). Segundo Gohn (1997) três elementos foram trabalhados: a conceituação da figura do ator; as microrrelações sociais *face to face* e; a busca pela compreensão dos significados socialmente produzidos e compartilhados no interior dos movimentos sociais (GOHN, 1997).

Ainda na Teoria dos Processos Políticos encontraremos pesquisas que tomam por preocupação os descontentamentos, os valores e as ideologias que norteiam a ação dos movimentos sociais. Aspectos que foram aprofundados na Teoria dos Novos Movimentos Sociais. No Brasil, um trabalho pioneiro nessa perspectiva foi o de Renato Raul Boschi, em seu estudo clássico “A arte da Associação: política de base e democracia no Brasil”, de 1987 (ALONSO, 2009).

Como sugere o nome da teoria, a política (associada a cultura) e os processos de longo e média duração são elementos centrais.

Estudos mais recentes que se enquadram na Teoria dos Processos Políticos vêm enfatizando o papel da mídia na mobilização e desmobilização dos movimentos sociais (GAMSON; WOLFSFELD, 1993), bem como a legitimação e deslegitimação de suas demandas. Compreender de quais maneiras os movimentos sociais se relacionam com a mídia e quais estratégias adotam para chamar sua atenção foram objeto de preocupação de diversas pesquisas, tais como as de McCarthy, Smith e Zald (1996) e Ryan (1991). Não que tenha sido uma novidade observar o papel da mídia. Em 1969 Turner já a havia publicado “The Public Perception of Protest” no qual destacava o papel da mídia. A novidade está na análise dos diversos

APONTAMENTOS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA EM TORNO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS 8  
| Cristiano das Neves Bodart | Jesus Marmanillo Pereira

tipos de meios de comunicação desenvolvidos após 1990, incluindo as redes sociais *online* e a utilização das teorias sobre as comunicações (RYAN, 1991; GOHN, 1997).

Sob a preocupação de pensar as relações entre movimentos sociais e a mídia, Doug McAdam (1996a) apresentou grande colaboração para a Teoria dos Processos Políticos ao focar no uso estratégico do enquadramento. De acordo com Maia (2009, p.92-93), "esse autor explora o modo pelo qual esse movimento utilizou certas 'táticas' para "enquadrar" a ação, atrair a atenção dos media e configurar a opinião pública".

O elemento "política" aparece na Teoria dos Processos Políticos de forma diferente dos estudos de cunho marxistas, pois a preocupação não repousa nas contradições de classe e na ideia de Revolução. Dessa perspectiva, os pesquisadores de maior destaque são Charles Tilly e Sidney Tarrow, que tiveram difusão no Brasil nos últimos 10 anos, com a tradução de materiais como o livro "O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político", e artigos como "Para mapear o confronto político" desses dois autores em coautoria com Doug MacAdam, entre outras traduções realizadas a partir de 2009.

A partir das críticas efetuadas a Teoria da Mobilização dos Recursos e a Teoria dos Processos Políticos, ambas de origem norte-americana, surge, na Europa, a *Teoria dos Novos Movimentos Sociais*. Rompendo com os paradigmas norte-americanos, a Teoria dos Novo Movimentos Sociais dá a cultura um lugar de destaque em relação aos demais elementos e dimensões da realidade social. Trata-se de uma perspectiva crítica as teorias anteriores, sobretudo àquelas marcadas por um olhar economicista e utilitarista. Como bem destacou Alonso (2009), enquanto que a Teoria do Processo Político investe numa teoria da mobilização política, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais avança numa teoria da mudança cultural.

Ainda que crítica ao paradigma marxista, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais retoma nela a dimensão política, tanto no que se refere à conjuntura, como à estrutura, a fim de compreender os contextos que se inserem os atores e como se mobilizam, sem, contudo, reduzi-los a classes sociais ou realizar uma abordagem às demandas materiais. Da Teoria dos Processos Políticos herda a preocupação nas estruturas de oportunidades e como essas são apropriadas pelos atores coletivos. Porém, tais estruturas são observadas de forma mais politizada, do ponto de vista dos interesses políticos e ideológicos, entendidas como relacionadas aos projetos e forças sociais envolvidas, como fizeram Tilly (1978) e Tarrow (1998).

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais surgiu como arcabouço explicativo para os movimentos sociais transclassistas, ou seja, composto por sujeitos pertencentes a diferentes classes sociais, ou ainda a movimentos por demandas pós-materiais, tais a qualidade do ar, a igualdade de

APONTAMENTOS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA EM TORNO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS 9  
| Cristiano das Neves Bodart | Jesus Marmanillo Pereira

gênero e a luta pela paz. No contexto de origem da Teoria dos Novos Movimentos Sociais o conceito de "modo de produção" escapava aos limites do marxismo clássico, uma vez que a dominação e o poder não mais se limitavam ao domínio sobre os meios de produção, mas também no monopólio da informação e na produção do conhecimento (HIRATA; CÍCERO, 2011).

Dando um peso significativo na identidade coletiva, muitos dos autores da Teoria dos Novos Movimentos Sociais buscam compreender o processo de construção de sua identidade, considerando-a mutável e relacional. Mutável por ser um constructo social em permanente construção; relacional estar em relação com os outros atores sociais.

Assim, o que os movimentos sociais realmente "são" pode somente ser apreendido mediante cuidadoso exame de como seus participantes se organizam e se relacionam com os demais agentes sociais, como eles entendem a si próprios em relação aos outros, quais valores substantivos promovem e como lidam com os inevitáveis desacordos morais, em ambientes diversos (MAIA, 2009, p. 112-113).

A ênfase dada as identidades coletivas em muitos casos foram tão significativas que autores como Maia (2009) tendem a destacar esses estudos como integrantes de uma outra teoria, a "Teoria da Identidade Coletiva e do Reconhecimento". O termo reconhecimento na nomenclatura da teoria está associada ao fato de que para o conjunto de autores que integrariam essa teoria o reconhecimento é elemento fundamental para a compreensão da identidade, uma vez que a produção do auto reconhecimento estaria diretamente relacionada ao reconhecimento que os demais grupos têm do movimento social (TOURAINÉ, 1978, 1994; MELUCCI, 1996).

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais foi durante os anos de 1980 e 1990 a teoria mais utilizada na América Latina, sobretudo para a compreensão de estudos de casos centrados na identidade coletiva, na cultura política, significados e discursos, nos deixando uma profunda marca da perspectiva culturalista (SHEFNER, 2004).

A questão que se observa está na pluralidade de possibilidades interpretativas, fruto de embates teóricos que se desenvolveram a partir de perspectivas sociológicas diversas e que abre caminhos para que novas questões sejam postas. O presente dossiê caminha nessa direção. Na seção seguinte passaremos a apresentar os artigos que compõem o dossiê.

## **2. Apresentação dos esforços teórico-metodológicos dos artigos do dossiê**

Considerando toda a importância teórico-metodológica em torno desse tema, e também o contexto em que um conjunto de mobilizações sociais resultou em um golpe contra democracia, no ano de 2016, a presente edição nos traz um conjunto de artigos que versam sobre a relação entre Movimentos Sociais e o Estado, e possibilitam uma reflexão fundamental sobre a importância de se compreender o papel dessas associações na busca de institucionalização de direitos.

Longe de compreender “Estado” e “movimentos sociais” como dois pólos distintos que resultam de uma oposição, os artigos nos convidam a pensar esses dois espaços como etapas de um mesmo processo no qual ocorrem agregações, confrontos, construção de memórias, formação de partidos e diferentes etapas da representação política que alimentam o jogo democrático.

Nesse dossiê, temos a contribuição do professor Nildo Viana, da Universidade Federal de Goiás (UFG). No artigo “Estado e Movimentos Sociais: Efeitos Colaterais e Dinâmica Relacional” ele demonstra como as mudanças nos regimes políticos repercutem na relação com os movimentos sociais. Traz assim um rico debate teórico que mescla, não só, as contribuições de autores como Jensen (2014), Marx e Engels para refletir sobre como as definições de grupos sociais e classes se aproximam da ideia de movimentos sociais e organizações mobilizadoras, mas considera também a perspectiva da Teoria do Processo Político e das Estruturas de Oportunidades Políticas para analisar a relação entre estado e movimentos sociais: busca analisar, assim, essa relação tomando como pontos de partida, tanto as iniciativas estatais quanto às civis.

Tal relação também é debatida por de Luana do Rocio Taborda, que é doutorando em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina. No texto “RELAÇÕES ESTADO – SOCIEDADE CIVIL: sobre associações, parcerias e normativas”, a autora parte de autores como Toqueville, Luchmann, Evelina Dagnino e outros para refletir sobre a categoria “associações” e pensar suas relações com o Estado. Grosso modo, demonstra um interessante quadro que aponta para as formas de transferência de recursos do Estado para Organizações da Sociedade Civil, explicando a questão do marco regulatório dessa relação e competição entre entidades no âmbito da concorrência por recursos públicos.

Na sequência, a doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Sara Talice Santos Bastos, nos traz uma análise sobre o processo de institucionalização do movimento negro no Brasil. No artigo “Entre Cooperação, Institucionalização e Confronto: o caso do movimento negro brasileiro”, ela demonstra como o referido movimento vai sendo construído em suas relações com determinados partidos políticos e como isso pode estar ligado às interfaces entre movimento social e o Estado. Dessa forma, pensa a história do movimento negro

a partir de um conjunto de estratégias que compõe um repertório de confronto, os quais são manifestos nas ruas e no âmbito institucional, tais como por meio de projetos de leis, reuniões governamentais e outros.

No âmbito das pesquisas sobre militância e engajamento, o artigo “Militância Em Coletivo Feminista Universitário: Aspectos relevantes para determinar a participação em espaços políticos” dos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Cassiane Freitas Paixão e Ricardo Gonçalves Severo, busca discutir, a partir de uma pesquisa qualitativa, quais os condicionantes sociais e motivacionais são fundamentais para que ocorra o envolvimento dos militantes em um coletivo feminista. Lançam mão de uma mescla de autores da Teoria das Elites, de viés bourdiano, e da Teoria do Processo Político.

Já o mestrando em Ciência Política (UFPR), Luan O. Lima Azevedo e a mestre em História Cultural (UEPG) Jessica Leme Santos trazem uma abordagem interdisciplinar a respeito da relação entre as classes operárias e os partidos políticos dos trabalhadores (PTB e PT), ao longo da história. Assim, no artigo “Trajetória Histórica Para O Surgimento De Um Partido De Massas No Brasil: as regras institucionais que moldaram os movimentos”, os autores tomam mão da Sociologia Política e Histórica a fim de demonstrar como se deu o processo de construção da representação política da categoria de trabalhadores, vinculados ao contexto fabril. Para tanto mobilizam autores da História Social, da Sociologia e da Ciência Política.

Em perspectiva próxima, o mestre em Ciências Sociais (UFMA) Marcelo Fontenelle e Silva demonstra, no artigo “Escalada da Consagração e Disputa pela Memória: itinerário político e homenagens a Maria Aragão a partir da redemocratização” a construção de um “passado recente” que toma como base o itinerário biográfico da médica comunista Maria Aragão e as formas de consagração relacionados a imagem dessa liderança. Para tanto, considera um conjunto de homenagens (nos âmbitos: profissional, pessoal, político administrativo, e artístico cultural) por meio dos quais trabalha a forma como ela se percebia nas referências e como era caracterizada por terceiros.

Já os doutorandos em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Eduardo Fernandes e Guillermo Orsi, nos trazem no texto “As Dimensões Da Espontaneidade em Processos de Mobilização: os casos dos Cacerolazos argentinos (2012-2014) e das manifestações brasileiras (2013)”, uma importante e recente análise sobre o papel da “espontaneidade” na produção de repertórios de contestação. Para tanto partiu dos estudos de David Snow e Dana Moss para analisar os casos dos pannels argentinos e das mobilizações brasileiras de 2013. Trata-se de um estudo que mobiliza o debate recente das Teorias do Processo Político e do

Socioconstrutivismo Social; este último prioriza elementos da cultura, memória e das emoções na produção de repertórios.

Por fim, os mestrados em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Emiliano Zapata Gonzalez e Alcir Serudo Marinho Júnior demonstram, no artigo “A polícia comunitária no estado de Guerrero no México: um movimento social na área da segurança pública”, como um movimento indígena (Mixtecos e Tlapanecos) resultou para um sistema comunitário de segurança adquiriu legitimidade frente ao estado mexicano. Traz, assim, um importante estudo sobre a relação entre movimentos sociais e Estado, dando uma importante atenção para a questão jurídica.

Enfim, transitando por diversas perspectivas teóricas, os artigos selecionados demonstram diferentes campos e possibilidades de abordagem da relação Estado- movimentos sociais. Sinalizam a complexidade de temática e necessidade de um debate interdisciplinar que transite pela sociologia, ciência Política e História. Sinalizam, ainda, a atualidade do debate em torno da temática.

### **3. APONTAMENTOS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA**

O presente artigo se propõe a contextualiza o debate em torno dos movimentos sociais, pensar o conjunto da produção do presente dossiê e apontar outras possibilidades de pesquisas.

Uma das lacunas deixada pela Teoria do Processo Político, está em

Não explica adequadamente a mudança de repertório dos atores sociais. Trata a luta como um embate de interesses, e a explicação da mudança tende a restringir-se à mudança de conjuntura das políticas públicas. Deixa de abordar como se processam as alterações no entendimento cognitivo dos atores e de seus posicionamentos valorativos, por intermédio do debate público (MAIA, 2009, p. 94).

Em relação à Teoria dos Novos Movimentos Sociais, Alongo (2009) elenca algumas das críticas que essa corrente recebeu, afirmando que,

A TNMS foi acusada ainda de se restringir ao plano societário, negligenciando a relação dos movimentos sociais com a dinâmica político-institucional. Seu conceito de identidade foi apontado como vago, por ora parecer se referir a uma identidade social concreta, ora a uma ideia filosófica; ora nomear identidades individuais, ora de grupos (PICHARDO, 1997). A TNMS teria também demonstração empírica limitada ou insuficiente e explicaria mal casos não europeus, como os latino-americanos, em que as mudanças estruturais de que falam não aconteceram ou seguiram outros padrões; e por

negligenciar mobilizações à direita e em torno de demandas religiosas e comunitárias (EDELMAN, 2001) (ALONSO 2009, p.70).

Ainda são necessárias pesquisas que centrem em questões como a conquista de autonomia política dos movimentos sociais (WARREN, 2001). Após os anos de 1980 muitos pesquisadores passaram a generalizar as situações de aproximação entre movimentos sociais e Estado como cooptação, o que, em certa medida, contribuiu para esvaziar o debate nos anos de 1990. É necessário pensar a interação movimentos sociais e Estado para além da ideia de cooptação como fizeram Tabora (2018) e Gonzalez e Marinho Júnior (2018) no presente dossiê. É importante considerar que em alguns casos trata-se de estratégia de atuação dos movimentos sociais introduzir no Estado seus representantes, assim como pensar as parcerias realizadas, como fez Bodart (2016) ao estudar as relações entre os movimentos sociais e o Estado na construção de espaços institucionalizado de participação social.

As teorias dos movimentos sociais deixam algumas lacunas que precisam ser problematizadas e preenchidas. Dentre elas destacamos a tendência de pensar os movimentos sociais de forma homogênea, ignorando os diferentes padrões organizacionais e de mecanismos de atuação. É necessário observar que os movimentos sociais podem variar em grau de complexidade organizacional, de formalização, desenho institucional, assim como seus mecanismos de participação. O fato é que os movimentos sociais quando observado empiricamente podem apresentar desde uma organização altamente complexa até organizações simples, o mesmo ocorrendo com seu nível de formalização. Notemos que os mecanismos de atuação não mais se limitam ao conflito, sobretudo onde partidos de esquerda estão no poder, como destacou Bodart (2016). Observa-se cada vez mais a participação direta e representativa dos movimentos sociais na gestão pública. No Brasil essa figuração se aprofunda a partir de diversas legislações que fomentam a participação social na gestão pública, sobretudo após a criação do Ministério das Cidades, criado em 2003.

Temos observado que cada vez mais os movimentos sociais vêm atuando em parceria com o Estado e com os partidos políticos configurando novos arranjos que afetam a forma de atuação dos movimentos sociais, o que nos abre uma agenda de pesquisa ainda pouco explorada. Um caminho que julgamos frutífero para pensar esses arranjos está em superar às limitações contidas na visão de que os movimentos sociais são sempre *outsider* em relação a política institucional. Se assim não fizermos, estaremos nos limitando a compreender os repertórios contestatórios como única estratégia dos movimentos sociais, o que não se confirma a partir da empiria. A fim de superar essa limitação, indicamos as contribuições de Banaszak (2005) para pensar os movimentos

APONTAMENTOS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA EM TORNO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS 14  
| Cristiano das Neves Bodart | Jesus Marmanillo Pereira

sociais como um *continuum* de dois polos: um que representa a exclusão completa dos movimentos sociais em relação ao Estado e outro que representa a sua inclusão completa. Essa perspectiva nos possibilita romper com a visão baseada em um padrão único de compreensão dos movimentos sociais (como outsider em relação a política institucional) que predominou nos anos de 1970 e 1980. Contudo, é importante destacar que essa literatura estava em um contexto peculiar, marcado por um Estado repressor que não desejava e nem permitia uma relação de proximidade com os movimentos sociais.

Nesse sentido, longe de compreender “Estado” e “movimentos sociais” como dois pólos distintos que resultam de uma oposição, a proposta do presente dossiê foi fomentar pesquisas que viessem a pensar esses dois espaços como etapas de um mesmo processo no qual ocorrem agregações, confrontos, construção de memórias, formação de partidos e diferentes etapas da representação política que alimentam o jogo democrático.

Banaszak (2005), pensando a partir de contextos democráticos desenvolveu o conceito de “intersecção Estado-movimento”, o qual aponta para um olhar de superação da tendência de reduzir a proximidade dos movimentos sociais com o Estado como cooptação. Pelo contrário, a introdução de integrantes no interior dos quadros do Estado pode ser uma estratégia adotada conscientemente pelos movimentos sociais, o que Banaszak (2005) chamou de *insider tactics*. Tratam-se das táticas que os ativistas mobilizam ao incluir-se no interior do Estado; seria uma estratégia de influenciar as políticas públicas “por dentro” do aparelho governamental, bem como acessar informações quanto às oportunidades e restrições políticas, o que colabora na definição de estratégias de atuação. Compreender essa tática e suas implicações, para além da ideia de cooptação, nos parece ser uma agenda ainda pouco explorada no Brasil. Nesse sentido as teorias dos movimentos sociais ainda carecem de ferramentas metodológicas que dê conta de melhor explicar a heterogeneidade dos padrões de ação dos movimentos sociais quando inseridos na gestão pública.

Outra preocupação que julgamos merecer destaque e compor a agenda de pesquisa que aqui “desenhamos” está em compreender os movimentos sociais de direita e suas relações com partidos políticos. Chamamos atenção para esse fenômeno por conta de sua recente eclosão no Brasil e os escassos esforços para a sua compreensão. É possível que movimentos sociais tenham surgido não para ser adversários do Estado, mas inimigos dos demais movimentos sociais que atuam de forma contenciosas com o Estado. Nesse sentido, a forma de pensar sua relação com o Estado deverá ser reorganizada.

Outro grande desafio é associar conceitos elucidativos que constituem distintos corpos teóricos, tais como pensar o papel das identidades coletivas e sua relação com as oportunidades políticas, assim como entender como os recursos são mobilizados na produção de enquadramentos interpretativos. Há diversas possibilidades de interfaces conceituais que mobilizados com atenção, sem que haja contradições, podem enriquecer os estudos em torno dos movimentos sociais.

## Referências

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova* [online]. n.76, p. 49-86, 2009.

BANASZAK, Lee Ann. Inside and outside the state: the movement insider status, tactics and public policy achievements. In: MEYER, David; JENNES, Valerie; INGRAM, Helen (eds.). *Routing the opposition: social movements, public policy and democracy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 149-176, 2005.

BODART, C. N. *Atuação dos partidos políticos e dos movimentos sociais na construção e manutenção de um espaço institucionalizado de participação social*. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRINGEL, B. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Sociol. Antropol.*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 43-67, Jun., 2012.

COHEN, J. L.; ARATO, A. *Civil society and political theory*. Cambridge: MIT Press, 1992.

GONZALES, E.E.Z.; MARINHO JUNIOR, A.S. A POLÍCIA COMUNITÁRIA NO ESTADO DE GUERRERO NO MÉXICO: um movimento social na área da segurança pública. *Revista Café com Sociologia*, Macéio-AL, 2017.

GAMSON, W. A. Movement impact on cultural change. In: PHOHL, S. et al. (eds.). *Culture, power, and history*. Boston: Brill Publishers, 2005.

GAMSON, W. A.; WOLFSFELD, G. WOLFSFELD, G. "Movements and media as interacting systems". In: DALTON, R. D. (ed.). *Citizens, protest, and democracy*. American Academy of Political and Social Science, vol. 528, pp. 114-125, 1993.

GOHN, M. da G.. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 10ª.ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HIRATA, F.; CÍCERO, P. H. de M. Apontamentos críticos às Teorias dos Novos Movimentos Sociais a partir de uma perspectiva de classe: Vidas Secas e os muitos “Fabianos”. Ideias, Campinas (SP), n. 2, nova série, 1º semestre, 2011.

MAIA, Rousiley C. M. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, pp.87-118, 2009

McADAM, D. The framing function of movement tactics: strategic dramaturgy in the American civil rights movement. In: \_\_\_\_\_; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (eds.). *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (eds.). *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

McCARTHY, J.; ZALD, M. *Resource mobilization and social movements*. American Journal of Sociology, no 82, pp. 1.212-1.241, 1977.

McCARTHY, J.; ZALD, M. *The trends of social movements in America: professionalization and resource mobilization*. Morristown: General Learning Press, 1973.

MELUCCI, A. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

OLSON, Mancur. *The logic of collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1965.

RYAN, C. *Prime time activism: media strategies for grassroots organizing*. Boston: South End Press, 1991.

TARROW, S. *Power in movement. Social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

TILLY, C. *From mobilization to revolution*. Newberry Award Records, 1978.

TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Paris: Fayard. 1994.

TOURAINÉ, A. *Le retour de l'acteur*. Paris: Seuil, 1978.

SHEFNER, J. “Introduction: current trends in Latin American social movements”. *Mobilization: an International Journal*, vol. 9, no 3, 2004.

TABORDA, Luana do Rocio. RELAÇÕES ESTADO - SOCIEDADE: sobre associações, parcerias e normativas. Revista Café com Sociologia, Macéio-AL, 2017.